

Volt Portugal pede extinção do partido ADN por “perfilhar ideologia fascista”

written by O Cidadão | 1 de Maio, 2024



“Venho requerer respeitosamente a abertura de um processo junto do Tribunal Constitucional para a extinção do partido ADN bem como a requisição de providência cautelar sobre a subvenção pública a que este partido ganhou acesso, bem como a admissibilidade de se apresentar a futuros atos eleitorais, entre eles as próximas eleições europeias, agendadas para o dia 09 de junho”, lê-se na missiva enviada à Provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, e assinada pelo copresidente do Volt Portugal, Duarte Costa.

O também cabeça de lista pelo Volt às eleições europeias sustenta que existe uma *“clara perfilhação de ideologia fascista”* por parte do ADN, acusando o partido liderado por Bruno Fialho de fazer *“referência ao Tarrafal como expoente do Estado Novo em Portugal”* ou de propagar um *“discurso de ódio racial e desumanização de indivíduos”*.

Duarte Costa diz estar consciente da *“complexidade da situação em apreço”* mas manifesta preocupação com o financiamento partidário previsto para o ADN após o seu resultado nas eleições legislativas de março – **339 mil euros** – bem como com a sua candidatura ao Parlamento Europeu, **encabeçada por Joana Amaral Dias**.

“Considerando que o efeito útil da declaração da sua ilegalidade e consequente extinção poderá produzir-se apenas após este financiamento ter sido tanto atribuído como também utilizado, assim como as Eleições Europeias terem já decorrido, instamos a d.ª Provedora a que considere a instauração de procedimento cautelar adequado sobre a subvenção pública destinada ao partido ADN assim como sobre a sua admissibilidade de concorrer às próximas Eleições Europeias”, lê-se na missiva.

Para o Volt Portugal, *“a admissibilidade de concorrer a eleições assim como a concessão de financiamento público a um partido político cuja legalidade está sob escrutínio pode representar um apoio indireto a atividades que contrariam os princípios fundamentais da nossa democracia, refletidos nos importantes marcos legais supra mencionados”*.